

DOS TRIBUNAIS PORTUGUESES AO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM, PASSANDO PELO JULGADO DE PAZ

1. O Sistema Judicial Português

Quando se pretende fazer qualquer tipo de análise sobre um Sistema Judicial, há dois **pontos prévios** que não se podem obliterar. O primeiro tem a ver com o princípio constitucional segundo o qual os Tribunais administram a justiça **em nome do povo**; o segundo está relacionado com o valor fundamental da **segurança jurídica**, no sentido de *previsibilidade*. Embora relativamente óbvios, estes dois pontos prévios não podem deixar de balizar o texto que se segue.

Isto dito, importa perceber o que **os portugueses pensam da Justiça**. E as notícias não são nada boas.

Segundo uma sondagem, realizada pela empresa *Pitagórica – Investigação e Estudos de Mercado, S.A.*, em Abril de 2013 e publicada no *Jornal i*, no dia 25 de Abril de 2013 (páginas 18 e 19), **49,1% dos portugueses consideram que a Justiça está pior do que antes do 25 de Abril** (só 27,3% a acham melhor) e **28,4% dos portugueses fazem uma avaliação negativa da seriedade dos Juizes e Magistrados do Ministério Público** (apenas 14,4% fazem uma apreciação positiva).

Coincidentes com os dados referidos são os de uma outra sondagem, realizada, em Abril de 2014, pelo *CESOP – Universidade Católica Portuguesa* e publicada no *Jornal de Notícias* no dia 22 de Abril de 2014 (páginas 4 e 5). Neste caso, **62% dos portugueses avaliam “muito negativamente” ou “negativamente” o papel dos Tribunais nos últimos 40 anos** (apenas 31% fazem uma avaliação “positiva” ou “muito positiva”).

Curiosamente, os próprios Magistrados (Juizes e Procuradores) têm a percepção de que é esta a imagem que o povo tem da Justiça portuguesa. Assim, de acordo com um inquérito do *Centro de Estudos Sociais*, divulgado no *Jornal de Notícias* de 20 de Setembro de 2013, **95% dos magistrados portugueses consideram que o prestígio da profissão na sociedade “piorou” ou “piorou muito”**.

De resto, esta **falta de confiança na Justiça portuguesa** vai estando cada vez mais enraizada, quer na opinião pública, quer na opinião publicada. Vejam-se apenas alguns exemplos: o *Arcebispo de Braga D. Jorge Ortiga* referia-se, em Março de 2013 à **“corrupção judicial”** (*JN* de 30 de Março de 2013, p. 11); já antes, em Fevereiro de 2013, o *sociólogo António Barreto*, além de considerar **“chocante e surpreendente” a falta de confiança na justiça**, ainda acrescentava que **o sistema judicial “é muito pouco aberto ao escrutínio” e “está fechado aos cidadãos e aos valores universais”** (*JN* de 21 de Fevereiro de 2013, p. 9); na mesma altura, o *Director-Adjunto do Jornal de Notícias*

Fernando Santos não teve pejo em afirmar que “o sistema de Justiça em Portugal, nos seus múltiplos patamares, fornece diariamente provas bastantes de incompetência, atrasos imperdoáveis e, já agora, um misto explosivo de corporativismo e politização estratégica. Se se preferir: a Justiça está transformada em Portugal num autêntico vespeiro e não augura nada de bom. [...] Se o povo é normalmente classificado de sábio, sim, tem mais do que razões para ter uma imagem deplorável de um dos pilares essenciais de um Estado democrático”.

2. Um caso paradigmático

É evidente que os dados referidos só podem criar uma profunda inquietação em quem, como eu, há quase duas décadas e meia, estuda o Direito e, acima de tudo, **acredita no Direito**.

Mas há sempre uma esperança. Pode ser que as coisas não estejam a correr tão mal como se pensa... Infelizmente, o caso que, seguidamente, se narra confirma as piores expectativas.

Há cerca de doze anos, uma respeitável cidadã comprou um conjunto de antiguidades a um conhecido antiquário, pagando o respetivo preço. Passados cinco anos, o Ministério Público, **erradamente**, por confundir as referidas peças com umas outras que tinham sido furtadas, ordenou a apreensão e a entrega das mesmas a quem não era dono.

Em Julgamento Penal, naturalmente, deu-se como provado que as peças apreendidas não eram as que tinham sido furtadas. Perante tal evidência, a referida cidadã pediu ao Tribunal a restituição das suas peças. Tal requerimento foi indeferido com fundamento no facto de o Ministério Público já ter entregue as peças a outra pessoa. Interpostos recursos, primeiro para o Tribunal da Relação e, depois, para o Supremo Tribunal de Justiça, estes Tribunais Superiores mantiveram a decisão do Tribunal de 1ª Instância e do Ministério Público, escudando-se em argumentos meramente formais.

A referida cidadã viu-se, então, obrigada a intentar uma ação cível de reivindicação de propriedade num Julgado de Paz. Aí, sim, foi, finalmente, reconhecido o direito de propriedade e ordenada a restituição das peças, o que ainda não aconteceu por parte de quem as tem.

A verdade é que a referida cidadã já está, há sete anos, esbulhada da posse de bens de que é legítima proprietária, o que motivou uma queixa contra o Estado Português no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

3. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Mas o caso referido não é o único a motivar queixas contra Portugal no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Ainda em Outubro de 2013, **Portugal pagou uma multa de um milhão de euros** a que foi condenado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, por **morosidade dos Tribunais portugueses** (JN de 16 de Outubro de 2013).

Foi-me dito pelo *Dr. Jorge Alves*, Advogado português que se tem dedicado a patrocinar queixas contra o Estado português, junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que já contabiliza mais de *200 processos* e, até agora, com *100% de sucesso*.

O referido *Dr. Jorge Alves* chama a atenção para o seguinte: ***“Em Portugal, há mais de 500 mil processos atrasados. Ora, cada processo tem, pelo menos, duas partes. Isso significa que poderia existir um milhão de queixas no Tribunal Europeu por demora na justiça. Talvez se o Estado fosse condenado cinco mil vezes por semana se sentisse obrigado a adotar medidas para que a justiça fosse mais célere e as coisas mudassem definitivamente”*** (*Público* de 26 de Fevereiro de 2010, p. 11).

Enfim, resta esperar por melhores dias, mas não esquecendo que nenhuma economia pode crescer, sustentadamente, se não houver um sistema judicial **previsível e de confiança**.

ÂNGELO ABRUNHOSA

Professor Adjunto da ESTG do IPL

Membro do CIEJ